

A América Latina e a Nova Geopolítica da Energia: os casos de Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Guiana, México e Venezuela

Latin America and the New Geopolitics of Energy: the cases of Argentina, Bolivia, Brazil, Ecuador, Guyana, Mexico and Venezuela

IGOR FUSER | igor.fuser@ufabc.edu.br

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e docente no Bacharelado em Relações Internacionais e na Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC).

RAFAEL ALMEIDA FERREIRA ABRÃO | ra.abrao@gmail.com

Doutorando em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebimento do artigo Janeiro de 2020 | **Aceite** Abril de 2020

Resumo A geopolítica da energia passou por profundas transformações na segunda década do século XXI, como resultado de avanços tecnológicos e do enfrentamento da crise climática, aumentando a imprevisibilidade a respeito do futuro da matriz energética global. A percepção de escassez de recursos energéticos foi substituída pela perspectiva de abundância e, neste cenário de conflitos e incertezas, a América Latina passou a ocupar uma posição de destaque, acirrando a disputa das grandes empresas e das grandes potências por seus recursos. O objetivo deste artigo é investigar as implicações políticas e econômicas do novo contexto geopolítico global para a América Latina. Para tanto, são apresentados os desafios e oportunidades identificados em diferentes países latino-americanos. Conclui-se que a região terá grande relevância na disputa entre empresas transnacionais e Estados pelo petróleo e outros recursos estratégicos. **Palavras-Chave** Geopolítica; Energia; América Latina; Petróleo; Gás Natural.

Abstract The geopolitics of energy had experience deep changes in the second decade of 21st century, as a result of technological advances and facing the climate crisis, increasing the unpredictability about the future of the global energy mix. Perceptions of scarcity of energy resources have been replaced by a perspective of abundance, and in this scenario of conflicts and uncertainties, Latin America has occupied a position of prominence, intensifying the dispute of big companies and big powers for their resources. This article aims to investigate the political and economic implications of the new global geopolitical context for Latin America. To this end, the challenges and opportunities are identified in different Latin American countries. We conclude that the region will have great relevance in the dispute between transnational companies and States for oil and other strategic resources. **Keywords** Geopolitics; Energy; Latin America; Oil; Natural Gas.

Introdução

Na segunda década do século XXI, o cenário internacional da energia foi alterado por acontecimentos que modificaram profundamente a dinâmica da geopolítica da energia, abrindo espaço para o surgimento de novos atores relevantes e afetando a posição relativa de diversos países da América Latina. As mudanças envolvem, entre outros fatores, a queda dramática dos preços de petróleo a partir de 2014, o forte aumento na produção de petróleo e de gás natural nos Estados Unidos por meio do método inovador do fraturamento hidráulico, o aumento da produção nas reservas canadenses de petróleo nas areias betuminosas, a retomada de altos volumes de produção no Iraque e o desenvolvimento, no Brasil, de suas imensas reservas petrolíferas do pré-sal. Por outro lado, verifica-se no cenário econômico global uma persistente tendência a baixos índices de crescimento, o que limita sensivelmente a expansão da demanda por combustíveis. Nesse novo quadro, há ainda a perspectiva da transição energética em decorrência das mudanças climáticas e da crise ambiental. Esse contexto gera grande debate e incertezas em relação ao futuro dos países latino-americanos na economia política mundial da energia.

A expectativa, presente na primeira década do atual século, de que a América Latina viesse a desempenhar um papel decisivo na geopolítica da energia a partir das grandes reservas de petróleo e de gás natural existentes em diversos países (Venezuela, Brasil, México, Argentina, Bolívia e Equador, entre outros) ficou prejudicada não apenas pela mudança na dinâmica dos preços globais da energia, mas também pelas reviravoltas políticas internas à região. Em países fundamentais no cenário energético ocorreu a substituição de governos chamados de “progressistas”, favoráveis ao protagonismo estatal na exploração dos recursos naturais e à adoção de políticas energéticas definidas a partir de critérios de soberania nacional e da busca do desenvolvimento econômico e social, por governos liberais voltados para a “abertura” do setor energético de acordo com as preferências das empresas transnacionais.

É um quadro político complexo, em que se destacam a mudança das normas para a exploração do petróleo brasileiro do pré-sal, em favor dos interesses externos, e a queda drástica da produção da Venezuela, no contexto da crise econômica e das pressões internacionais contra o governo daquele país. O futuro político imediato da América Latina permanece em disputa e novos fatos vêm alterar, constantemente, a correlação de forças entre os projetos conflitantes, mas a perspectiva, existente na década anterior, de uma inserção coletiva de atores latino-americanos importantes no cenário global da energia, com base na integração energética regional e articulação política envolvendo governos e empresas estatais em torno de objetivos comuns, parece descartada em qualquer horizonte previsível.

Neste trabalho, procuramos analisar as principais transformações e tendências da geopolítica da energia, realizando, em seguida, um balanço da posição estratégica assumida pela América Latina no novo cenário geopolítico global, em que as atenções se voltam para acontecimentos e políticas adotadas em sete países: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Guiana, México e Venezuela.

1. A Nova Geopolítica da Energia

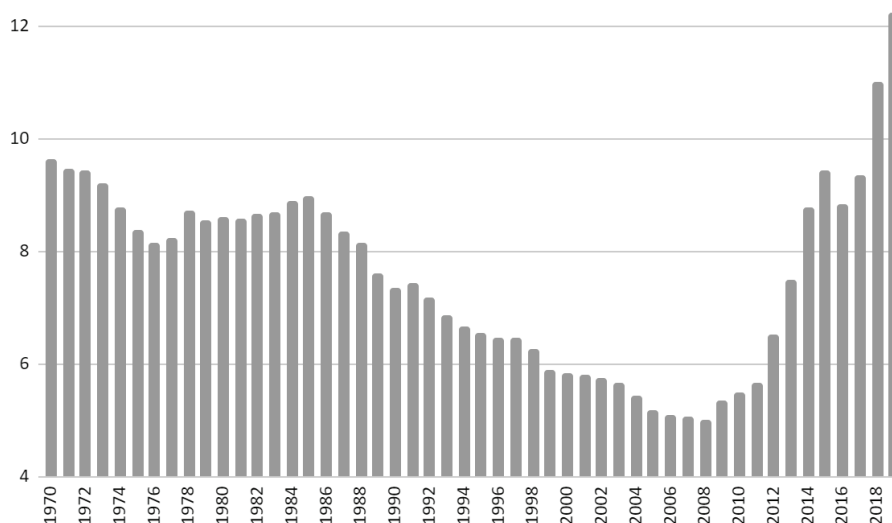
A economia política da energia foi, em grande parte da sua história, norteadada pela percepção de escassez, levando-se em conta que as fontes de energia fósseis são finitas e que poderia ocorrer uma intensa competição à medida que esses recursos não suprissem a cres-

cente demanda mundial. Esse cenário moldou a política externa dos Estados Unidos (EUA) por décadas, o que resultou em intervenções militares e outras formas de ingerência política externa em países produtores, especialmente no Oriente Médio. Recentemente, o avanço de novas tecnologias tornou economicamente viável a exploração de petróleo e gás natural em formações geológicas antes inacessíveis, ampliando significativamente a produção de hidrocarbonetos em países como os Estados Unidos e o Brasil. Nesse novo contexto, a percepção de escassez foi substituída pela de abundância, introduzindo uma nova dinâmica na geopolítica da energia (KLARE, 2017).

A perspectiva de abundância de petróleo e gás alterou significativamente a posição dos países importadores e exportadores, levando-os a se adaptarem a uma nova realidade. Até recentemente, acreditava-se que os EUA e seus aliados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) continuariam por um tempo indefinido a ser os principais consumidores globais de energia, e que as nações produtoras do Oriente Médio manteriam sua importância central ao longo do presente século por serem detentoras das maiores reservas e as maiores produtoras mundiais de petróleo (KLARE, 2017).

Esta nova era de abundância resultou na queda dos preços internacionais e em dificuldades para os países produtores e as companhias petrolíferas. A partir de 2014, desenhou-se um novo contexto econômico para o petróleo, com valores oscilando num patamar entre US\$ 50 e US\$ 65 por barril, distante do cenário observado anteriormente, com preços que chegaram à média de US\$ 111,8 em junho daquele mesmo ano (EIA, 2020a). Outra mudança fundamental na geopolítica do petróleo foi o retorno dos EUA à posição de grande produtor, após um longo período de forte dependência de importações e de contínuo declínio de suas reservas desde a década de 1970. No gráfico 1, a seguir, podemos observar o declínio da produção de petróleo nos EUA entre a década de 1980 e meados dos anos 2000. A partir de 2008, passa a ocorrer o aumento significativo da produção, alcançando níveis recordes.

Gráfico 1. Produção de Petróleo Bruto nos EUA (milhões de barris por dia, 1970-2019)



Fonte: EIA, 2020b.

O aumento da produção de petróleo é resultado da ampla difusão das tecnologias de fracionamento hidráulico e de perfuração horizontal, que permitiram a extração de gás e óleo de xisto em formações geológicas antes inacessíveis ou muito custosas. A produção estadunidense alterou sua trajetória declinante, aumentando de 5 milhões de barris por dia (Mb/d), em 2008, para 12,2 Mb/d em 2019 (EIA, 2020b), o que coloca o país como líder mundial em produção, à frente de Arábia Saudita e da Rússia (BP, 2019a, p. 16). As reservas comprovadas dos EUA também aumentaram significativamente, de 28,6 bilhões em 1998 para o nível recorde de 61,2 bilhões de barris em 2018 (BP, 2019a, p. 14).

Além do aumento da produção, os EUA se tornaram exportadores de derivados de petróleo, o que teve impacto sobre preços, fluxos de comércio e refino de óleo bruto e derivados. Em julho de 2019, o número de países para os quais os EUA exportavam petróleo ultrapassou a quantidade de fornecedores. Em 2009, o país importava petróleo bruto de 37 países e exportava apenas para o Canadá. Dez anos depois, as importações originaram-se de 27 países, enquanto as exportações foram feitas para 31 nações e alcançaram 2,8 Mb/d nos primeiros sete meses de 2019 (EIA, 2019a). Em setembro do mesmo ano, as exportações estadunidenses de petróleo superaram as importações pela primeira vez desde 1973, sendo que há apenas uma década o país importava 10 Mb/d (EIA, 2019b).

A revolução energética ocorrida nos EUA teve grande impacto sobre a geopolítica do petróleo, especialmente sobre o Oriente Médio, a tradicional região produtora, dependente de exportações e dos preços do insumo, e onde se situa grande parte das maiores reservas do mundo. As transformações na indústria de petróleo e gás nos EUA, somada aos altos níveis de produção no Canadá e às descobertas de novas reservas na América Latina, diminuíram a importância do Oriente Médio na estratégia estadunidense, que reforçou sua dimensão hemisférica, apoiando-se em uma região presumivelmente mais amigável aos seus interesses. A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) tende a perder influência, enfraquecida pela atual dinâmica criada por produtores fora do bloco, pelo avanço dos EUA como *swing producer* e pelos conflitos políticos envolvendo países da organização, especialmente Irã e Venezuela (LEÃO & TRIBALI, 2019).

A Ásia desponta como o principal mercado consumidor e região importadora de energia, como resultado da ascensão da China, substituindo o papel anteriormente desempenhado pelos EUA e Europa Ocidental (AZEVEDO, 2018). O consumo na região da Ásia e do Pacífico aumentou de 25,9 Mb/d em 2008 para 35,8 Mb/d em 2018, enquanto outras regiões não tiveram alterações tão significativas, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1. Consumo mundial de petróleo (2008-2018, em Mb/d)

Região	América do Norte	América do Sul e Central	Europa	CEI	Oriente Médio	África	Ásia e Pacífico	Mundo
2008	23,8	6	16,5	3,6	7,3	3,1	25,9	86,6
2018	24,7	6,7	15,2	4	9,1	3,9	35,8	99,8

Fonte: BP, 2019a, p. 20.

Diante do aumento da demanda, empresas dos EUA e de países europeus continuam a buscar o controle de novas áreas, como indicado pela aquisição de ativos no pré-sal brasileiro, na formação de Vaca Muerta, na Argentina, e nas novas descobertas no litoral da Guiana. Além disso, há o aumento da demanda de combustíveis alternativos, como as energias solar e eólica, e a ampliação do uso de gás natural – relativizando o papel do petróleo como fonte primária de energia. A ampliação do fornecimento de energia de outras fontes além do petróleo se mostra vital para o avanço dos veículos elétricos e híbridos, que no longo prazo tendem a substituir a atual frota automotiva movida por gasolina e diesel, utilizados em motores a explosão.

Verifica-se a redução de investimentos em novas descobertas e projetos das companhias internacionais privadas de petróleo. Os planos de tais empresas indicam a diminuição de investimentos em exploração e produção, reforçando o foco em refino, distribuição e comercialização. Essa tendência está relacionada à pressão do mercado financeiro sobre as petrolíferas para atender a uma lógica de retornos de curto prazo, com menos risco e maior rentabilidade imediata (NOZAKI, 2018).

Uma última tendência a ser destacada refere-se à manutenção do predomínio das energias fósseis na matriz energética global e no padrão de consumo mundial, inclusive no ocidente, apesar da expansão das fontes renováveis, dos acordos internacionais para redução de gases de efeito estufa e dos avanços em eficiência energética. Mesmo que ainda seja incerto qual o impacto que a expansão dos renováveis terá sobre as energias fósseis, o cenário desenhado é de queda da importância do carvão na matriz energética, maior utilização do gás natural (na medida em que ele passou a ser considerado como um combustível “ponte”, menos poluente do que outras fontes fósseis), e predominância do petróleo como combustível no setor de transportes, ao mesmo tempo em que existe, conforme destacado anteriormente, a perspectiva de maior desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, de uso de carros elétricos e híbridos (KLARE, 2017).

De acordo com as projeções da Agência Internacional de Energia (2018), o petróleo reduzirá sua participação na matriz primária global, de 33,6% em 2018, para 27,5% em 2040. No entanto, ressalte-se que o volume da produção continuará em expansão, exigindo ainda um incremento de 5 Mb/d, alcançando 105 Mb/d, conforme ressaltado pela especialista Anand Tropani:

O petróleo continuará sendo a maior fonte de energia do mundo no futuro próximo, e o equilíbrio entre oferta e demanda global permanecerá perigosamente estreito. Uma grande interrupção em apenas um único produtor global poderia provocar a disparada dos preços novamente e rapidamente empurrar o mundo para uma recessão (TOPRANI, 2019).

Em suma, na análise da economia política, a energia é uma mercadoria estratégica e, apesar da crescente relevância de outras fontes, o petróleo continua a desempenhar um papel crucial na economia mundial. Observa-se que as grandes potências continuarão priorizando seu acesso às principais fontes de energia do mundo, especialmente as reservas de petróleo e gás natural, utilizando recursos políticos, militares e econômicos para garantir o fornecimento e o controle de rotas comerciais, com destaque para a disputa geopolítica entre EUA, Europa Ocidental, China e Rússia. É neste novo contexto de conflitos e incertezas que a América Latina se insere como ator cada vez mais relevante na geopolítica da energia.

2. A América Latina

O acirramento da disputa global por energia coloca a América Latina em uma posição de crescente destaque para o mercado petrolífero, as grandes potências e as companhias internacionais. A abundância de recursos – petróleo, gás natural, rios favoráveis ao aproveitamento de energia hídrica, alto potencial de produção de biocombustíveis, além de condições propícias ao aproveitamento das energias eólica e solar – viabiliza um histórico superávit na produção de energia, possibilitando a exportação dos excedentes para outras regiões do planeta (MANTILLA, 2009)

Na década de 1990, a adoção de políticas neoliberais na região possibilitou a expansão de investimentos de empresas transnacionais, pelo fim do monopólio estatal em diversos países e por regimes jurídicos mais favoráveis aos capitais externos no setor energético. Na década de 2000, em contraste, ocorreu a ascensão de governos progressistas, que revisaram as políticas anteriores e adotaram um enfoque desenvolvimentista e nacionalista, com novas regras para o setor energético e o fortalecimento das empresas estatais (FUSER, 2013). Em 2008, cerca de 77% das reservas mundiais de petróleo se encontravam sob o controle de empresas estatais ou de controle misto estatal-privado (MYERS; SOLIGO. 2008, p.44).

Nesse período, a alta dos preços no mercado global de energia possibilitou que diversos países produtores reforçassem o papel de suas empresas estatais de energia e adotassem novas políticas na relação com as empresas privadas de modo a ampliar significativamente a participação governamental (*government take*) sobre a renda dos hidrocarbonetos, assim como o seu controle estratégico sobre a indústria do petróleo e gás nos seus respectivos países. A exploração dos recursos se deu com base em novas relações com as transnacionais, aumentando a captação da renda pelo Estado e impulsionando a economia doméstica. Contudo, a década de 2010 inverteu a tendência de preços elevados das *commodities*. Em 2014, o preço médio do barril de petróleo foi reduzido de um patamar de US\$ 99 para US\$ 52,3 em 2015 (EIA, 2020c).

No âmbito político, os defensores de políticas neoliberais recuperaram o governo em grande parte dos países latino-americanos, seja por via eleitoral ou por golpes de Estado que se preocuparam em manter a aparência de legalidade, como nos casos do Paraguai, Brasil e Bolívia. O fim do chamado ciclo político progressista marcou a revogação das políticas nacionalistas adotadas na década anterior e a retomada do favorecimento ao capital estrangeiro no setor energético. Em outros países, governos progressistas ou se mantiveram no poder, como no caso da Venezuela, ou conseguiram retornar após o fracasso das políticas neoliberais, como na Argentina. Desenha-se, assim, um quadro de fragmentação política que se transfigura em impasses quanto ao direcionamento das medidas a serem adotadas no setor energético.

Em 2018, dois dos maiores países da América Latina passaram por processos eleitorais cujos resultados foram completamente opostos. No Brasil, ocorreu a eleição do presidente Jair Bolsonaro, um político de extrema-direita e com discurso neoliberal, enquanto no México, Andrés Manuel López Obrador foi eleito com um projeto claramente à esquerda das políticas de seus antecessores, defendendo o fortalecimento da empresa estatal Petroleos Mexicanos S.A. (Pemex) e a adoção de políticas públicas em benefício da maioria da população, desfavorecida do ponto de vista econômico. Assinala-se que o setor de energia de ambos os países se encontra em posições muito distintas, com o Brasil aumentando suas reservas e produção a cada ano, graças à produção crescente do pré-sal, enquanto no México estes números se encontram em declínio.

Na América Latina também se situa o país com maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela, que apesar do recente colapso na produção, continua sendo um ator fundamental na geopolítica do petróleo (VAZ, 2019). Por outro lado, a descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos no litoral do Brasil indica que esse país tem o potencial de se tornar um dos principais atores da geopolítica global da energia, se reposicionando estrategicamente ao lado de tradicionais produtores como Canadá, Rússia, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes (SAUER & ESTRELLA, 2019). Na Argentina, há a expectativa de que a região de Vaca Muerta, localizada próxima à Patagônia, eleve a produção de petróleo e gás do país (MACIEL, 2019b). No México, há necessidade de modernização da Pemex e de reversão do declínio da sua produção e das reservas petrolíferas. É necessário ainda destacar a relevância de países menores com recursos fundamentais para a economia mundial, como o gás natural e o lítio da Bolívia, as reservas petrolíferas do Equador e as novas descobertas de hidrocarbonetos no litoral da Guiana.

Diante deste cenário, prosseguimos com um balanço sobre os países latino-americanos que possuem um papel de maior relevância na nova geopolítica da energia.

2.1. Argentina

A Argentina possui reservas de aproximadamente 2,4 bilhões de barris de petróleo, com uma produção que alcançou 693 mil barris por dia (Kb/d) em 2016. Nos anos 2000, a demanda interna do país se expandiu, enquanto a produção de hidrocarbonetos declinava em decorrência da maturação dos campos convencionais e dos baixos investimentos feitos pelas empresas privadas, fazendo do país um importador líquido de gás natural e petróleo (EIA, 2017). Tal declínio motivou a nacionalização parcial da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF). O Estado recuperou a condição de acionista majoritário em 2012, 14 anos após a privatização da empresa, ocasião em que foi adquirida pela espanhola Repsol (PEREGIL, 2012).

No final de 2014, ainda durante o governo de Cristina Kirchner (2007-2015), foi realizada uma reforma no setor energético, pela qual fomentaram-se investimentos privados e estrangeiros em recursos *offshore* e não-convencionais, aumentou-se a frequência das rodadas de concessão, permitindo longos períodos de exploração e oferecendo desonerações em impostos para empresas que investissem mais de US\$ 250 milhões em um período de três anos (EIA, 2017). As principais empresas que operam no país são YPF, Pan American Energy (PAE) – uma *joint-venture* entre a British Petroleum (Reino Unido) e a Bridas Corp. (Argentina/China) –, Chevron (EUA), Petrobras (Brasil), entre outras.

Em abril de 2019, foi realizado o primeiro leilão *offshore* na Argentina, destacando-se a participação da norueguesa Equinor que arrematou 7 de 18 áreas no leilão, que ainda contou com participação da Qatar Petroleum (QPI), em cinco blocos, da ExxonMobil, em três, e da Shell, em dois. Todas elas possuem participação nos leilões do pré-sal brasileiro, reforçando sua posição na América Latina (MACIEL, 2019a).

Os recursos não-convencionais de petróleo e gás de Vaca Muerta, uma formação geológica localizada na bacia de Neuquén, ao norte da Patagônia, representam 60% dos recursos prováveis de óleo de xisto na Argentina, e as estimativas apontam para 16 bilhões de barris, sendo consideradas a quarta maior reserva no mundo. A região possui ainda a segunda maior reserva

mundial de gás de xisto (308 trilhões de pés cúbicos), atrás apenas dos EUA (EIA, 2017). As jazidas são conhecidas por especialistas e pela YPF há tempos, antes mesmo de sua privatização, em 1998. No entanto, a exploração se tornou viável somente a partir de avanços tecnológicos e após a queda na produção de ativos convencionais do país (REBASA, 2019).

Texpetro, Equinor, ExxonMobil, Total, BP, YPF, Wintershall possuem investimentos bilionários nos 30 mil km² da formação geológica de Vaca Muerta (EPBR, 2018). Para atrair empresas estrangeiras, o governo concedeu subsídios sobre preços e taxa de lucro e, após a desvalorização do peso e dos ajustes exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não conseguiu mantê-los. Somente para o gás, estes subsídios somaram US\$ 2,4 bilhões, que agora são exigidos pelas empresas (GUAHÁN, 2019).

A tecnologia de *fracking*, utilizada para explorar as formações de xisto, é considerada altamente poluidora e é acusada de provocar movimentos sísmicos na Holanda, no Reino Unido e nos EUA, tendo em vista as explosões necessárias para romper e extrair petróleo das rochas. O uso da técnica foi proibido ou colocado em moratória em diversos países, entre eles França, Holanda, Alemanha, Espanha, Inglaterra, além de algumas províncias do Canadá e estados da Austrália e dos EUA. Na América Latina, a técnica vem sofrendo oposição no Uruguai, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Brasil e México (HERRERA-SANTOYO, 2019).

A oposição na Argentina ocorre especialmente em comunidades de povos originários (GUAHÁN, 2019). No entanto, exploração de hidrocarbonetos é estratégica para o país e para o governo de Alberto Fernández, que tomou posse em dezembro de 2019. Estimativas apontam que as atividades podem gerar 500 mil postos de trabalho e aumentar em 50% as exportações, promovendo o ingresso de divisas para aliviar a situação econômica do país, altamente endividado (VILLALBA, 2019a). Em setembro de 2018, a dívida pública era de US\$ 308 bilhões ou 50% do Produto Interno Bruto (PIB) (GUAHÁN, 2019). O governo Mauricio Macri (2015-2019) deixou uma economia em recessão, com inflação anual de 55% e forte desvalorização da moeda local, o peso, em relação ao dólar (NGUYEN et al., 2019). Por este motivo, os investimentos em Vaca Muerta estão acelerados. Em dois anos, a produção passou de 5 para 33 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³/d) e estima-se que, a partir de 2023, serão gerados US\$ 40 bilhões adicionais resultantes do aumento das exportações (VILLALBA, 2019b).

Alberto Fernández prepara um regime especial para incentivar investimentos privados em Vaca Muerta e um novo modelo de concessão, com exigência de conteúdo local para fomentar a indústria nacional, além de conceder isenção de impostos para a importação de equipamentos e simplificar a legislação do setor de petróleo e gás (BAZZAN, 2019). Espera-se que o gás natural, que em 2016 foi responsável por metade da geração de eletricidade, continue a ser a principal fonte de fornecimento de energia elétrica do país, e o governo ainda pretende incentivar o aumento da produção das energias renováveis (EIA, 2017).

2.2. Bolívia

Os hidrocarbonetos são um componente essencial da economia boliviana, correspondendo a 8% do PIB em 2014 (EIA, 2015) e a 32% do total das exportações em 2017, dos quais 52% foram adquiridos pelo Brasil, correspondentes a US\$ 1,35 bilhões, e 46% pela Ar-

gentina, no valor de US\$ 1,18 bilhões (OEC, 2019). O país possui poucas reservas conhecidas de petróleo, estimadas em 210 milhões de barris em 2015. Todavia, é um importante produtor e exportador de gás natural. A produção de gás dobrou nos primeiros 10 anos do governo de Evo Morales (2006-2019), passando de 355 bilhões de pés cúbicos (bcf), em 2004, para 735 bcf em 2013 (EIA, 2015), sendo, na sua quase totalidade, exportado por meio de gasodutos entre o país e seus vizinhos. Ressalte-se que apenas 10% do território foi prospectado em busca de hidrocarbonetos, o que levanta a possibilidade de aumento das reservas caso investimentos em exploração ocorram.

Evo Morales foi deposto em um golpe cívico-militar em novembro de 2019, após os resultados das eleições indicarem a sua reeleição (WADHWA, 2019). Morales foi obrigado a renunciar ao seu mandato em exercício e foi perseguido, juntamente com familiares e outras figuras do governo. Ele foi responsável por um profundo processo de transformação econômica e social nesse que é um dos países mais pobres da América Latina: em 2018, o PIB da Bolívia cresceu 4,7%, índice superior aos 4,3% e 4,2%, registrados em 2016 e 2017, respectivamente, em um cenário de baixo crescimento mundial e nos países vizinhos, ao passo que o desemprego se encontrava na mínima histórica de 4,2% e a inflação era de apenas 2,8% (MARTIN-CARRILLO, 2018).

O território da Bolívia tem grande importância geopolítica para os EUA e suas empresas, especialmente em decorrência do gás natural e do lítio, estratégicos para a transição energética (ROMANO et al., 2019). O golpe de Estado, desferido com apoio do governo dos Estados Unidos e de outros países latino-americanos com governos conservadores, atingiu diretamente a autonomia da Bolívia e da sua população, especialmente a parcela indígena, e foi realizado por meio do uso de alto grau de repressão e de ataque ao caráter plurinacional do Estado, com o consentimento da grande imprensa e de organismos internacionais, com destaque para a Organização dos Estados Americanos (OEA) (WADHWA, 2019). Por trás do golpe está o interesse das companhias transnacionais nos recursos energéticos¹, uma vez que o governo boliviano estima que o país concentre 70% das reservas mundiais de lítio (PRASHAD, 2019a), enquanto fontes conservadoras avaliam que essa proporção seja de 22%, ainda assim as maiores do mundo, à frente de Chile, com 18%, e Argentina, com 16% (LITHIUM TODAY, 2019), formando o chamado ‘triângulo do lítio’ na América do Sul.

O lítio é utilizado na produção de diversos produtos industriais e crescentemente na fabricação de baterias para carros elétricos e *smartphones*. As maiores concentrações podem ser encontradas em regiões áridas e o processo químico de extração tem grande impacto ambiental sobre a água, o ar e o solo, afetando o ecossistema e as populações próximas (SONNENBLUME, 2019). As reservas bolivianas atraíram o interesse de companhias da Alemanha, do Canadá, da China e dos EUA (LÓPEZ, 2015), uma vez que as estimativas indicam que a demanda pelo recurso irá dobrar até 2025, e o país pode se tornar um de seus maiores produtores, ao lado de Austrália, Argentina e Chile (LOMBRANA, 2018).

A complexidade exigida para a exploração do lítio resultou na incapacidade do país de explorá-lo por conta própria. A maior parte dele se encontra na região do Salar de Uyuni, a cerca de 3600 metros acima do nível do mar. A Bolívia não conseguiu firmar acordos com as grandes companhias ocidentais, tornando-se parceira das empresas chinesas TBEA Group e China

1 Evidentemente, somente os interesses externos nas reservas de gás natural e lítio não explicam o golpe ocorrido, o projeto de Morales era um entrave à expansão capitalista na Bolívia, desafiava as elites que controlam o grande capital internacional e a classe dominante do país.

Machinery Engineering, e sendo puxada para o centro da disputa geopolítica entre a China e os países ocidentais pelos recursos naturais da América Latina.

As companhias transnacionais não aceitaram a decisão do governo Morales de coordenar a exploração por meio das estatais de minério, a Corporación Minera de Bolívia (Comibol) e a Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB), de acordo com parâmetros que privilegiassem os interesses da população boliviana. Tesla (EUA) e Pure Energy Metals (Canadá), por exemplo, demonstraram a intenção de desenvolver projetos de exploração, mas discordavam das exigências governamentais. Após o golpe de Estado, as ações da Tesla registraram uma alta expressiva (PRASHAD, 2019a).

Quanto ao gás natural, o acordo de exportação pelo Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL) expirou em dezembro de 2019 sem que a renegociação entre os dois países fosse concluída, o que exigiu a assinatura de um termo que estende o contrato de fornecimento até março de 2020. A renegociação estava sendo conduzida pelo governo Morales e, após sua deposição, Victor Hugo Zamora assumiu o Ministério de Hidrocarbonetos. O contrato estabelecia que o Brasil deveria importar entre 24 e 31 MMm³/d. Na revisão dos termos, a Bolívia deseja estabelecer uma nova faixa, 18 e 24 MMm³/d (EL DEBER, 2019), e o Brasil, segundo o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, pretende que a vazão mínima seja reduzida para 12 MMm³/d (EPBR, 2019).

2.3. Brasil

O Brasil é o oitavo maior consumidor mundial de energia e o terceiro das Américas, atrás apenas de EUA e Canadá. O consumo no Brasil tem sido sustentado pela energia hidrelétrica, com aumento de 4,5% em 2018, e pelas renováveis, cujo crescimento foi, em média, de 17,6% nos últimos dez anos (BP, 2019b), período em que ocorreu um aumento de 28% no consumo primário de energia (EIA, 2019c, p. 1). O Brasil é o segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo, atrás apenas dos EUA, com a produção alcançando o recorde, em 2018, de 401 mil barris de óleo equivalente por dia (Kboe/d) (BP, 2019b). Apesar de o país ter reservas significativas de gás natural, ficando atrás apenas de Venezuela e Peru na América do Sul, essa fonte representa apenas 11% da energia primária (EIA, 2019c, p. 4).

A produção de petróleo bruto no Brasil foi de 2,6 Mb/d em 2017, da qual o país exportou a quantidade recorde de 997 Kb/d, sendo 42% desse total para a China (EIA, 2019c, p. 3). Existem 12 refinarias, com capacidade de refino de 2,1 Mb/d, a nona maior do mundo, com uma utilização média de 76% (EIA, 2019c, p. 2). A principal fonte de importação de derivados foram os EUA, sendo que o volume importado pelo Brasil correspondeu a 312 Kb/d em 2017 (EIA, 2019c, p. 3).

O papel do Brasil na geopolítica mundial foi significativamente alterado a partir das imensas descobertas de petróleo e gás no litoral da região sudeste do país. A produção nos campos petrolíferos convencionais vem declinando, mas essa queda tem sido compensada pela produção no pré-sal. A exploração dos recursos exige grande capacidade técnica, financeira, logística e administrativa, dadas as condições em que é realizada: a 200 km da costa litorânea e a profundidades que chegam a 7 mil metros. Estimativas indicam que as reservas provadas podem sair do atual patamar de 13,4 bilhões de barris de petróleo (ANP, 2019, p. 72) e chegar a 100 bilhões, o que, em volume dos recursos, coloca o Brasil atrás apenas de Venezuela e Arábia Saudita, e ao lado de grandes produtores como Canadá, Rússia, Irã e Iraque (SAUER & ESTRELLA, 2019, p. 3).

Após o anúncio da descoberta do pré-sal, as empresas estrangeiras passaram a considerar o Brasil como uma peça-chave na sua estratégia global, atuando fortemente para participar dos projetos referentes a exploração em águas ultra profundas. Entre as principais interessadas, destacam-se Shell, ExxonMobil, Chevron, Equinor, BP, Total, China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China National Petroleum Corporation (CNPC). De acordo com as regras estabelecidas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, a participação estrangeira se daria em consórcio com a Petrobras, que seria a operadora única, controlando o ritmo de produção, investimentos e a compra de equipamentos. As companhias transnacionais não se conformaram com as novas regras estabelecidas, e a Petrobras passou a ser alvo de espionagem industrial. O Congresso foi pressionado a alterar o papel protagonista atribuído à empresa e, a partir de 2014, a Petrobras e seus fornecedores passaram a sofrer com um difícil cenário: denúncias de corrupção da Operação Lava Jato, queda nos preços internacionais do petróleo, desvalorização do real frente ao dólar, aumento do endividamento, redução da demanda por derivados no mercado interno, associada às políticas de controle de preços, perda do grau de investimento, além de atrasos e cancelamentos de projetos (AZEVEDO, 2018; SCHUTTE, 2018).

Após a deposição de Dilma Rousseff, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro adotaram como uma de suas prioridades o desmonte do setor, que tinha a Petrobras como centro da política de desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Para isso, aceleraram o calendário de leilões de petróleo, defendendo que a Petrobras deve operar como uma empresa privada, reduzindo as exigências de conteúdo local, cortando investimentos, vendendo ativos da companhia, dispensando funcionários e concedendo isenções para a compra de equipamentos ligados à exploração e produção no exterior, como forma de atender aos interesses internacionais e monetizar rapidamente a exploração, a pretexto de solucionar a crise fiscal do Estado (SCHUTTE, 2019). Em 2018, 72% das reservas de hidrocarbonetos do pré-sal haviam sido arrematadas por empresas estrangeiras (ANP, 2018), em um setor que até 2014 era controlado quase exclusivamente pela Petrobras. Naquele ano, a empresa foi responsável por 91,4% da produção nacional, participação que se reduziu para 74,69% em junho de 2019 (MME, 2019; MME, 2015, p. 8)

O crescimento das exportações de petróleo bruto tem ocorrido especialmente para a China. No primeiro quadrimestre de 2019, as exportações de petróleo para aquele país foram de 900 Kb/d, um aumento significativo se comparado aos 543 Kb/d exportados no mesmo período de 2018 (NGUYEN, 2019). Além do aumento das exportações de petróleo, há a expectativa de que o país se torne um relevante importador de derivados, especialmente caso ocorra uma retomada do crescimento econômico e expansão do consumo de combustíveis, visto que o país é altamente dependente do transporte rodoviário. Não existem planos de longo prazo para o aumento da capacidade de refino, o que o coloca o Brasil numa situação de vulnerabilidade em relação às flutuações de preços internacionais (AZEVEDO, 2018).

2.4. Equador

A questão do petróleo no Equador é dominada pelo nacionalismo e pelo debate a respeito das implicações econômicas, ambientais e estratégicas da exploração desse recurso. O país planeja uma transição energética, cujo objetivo é diversificar sua matriz de forma

renovável, sustentável, eficiente e soberana. As reservas comprovadas de petróleo do Equador tiveram uma queda expressiva, diminuindo de 4,1 bilhões de barris em 2008 para 2,8 bilhões em 2018 (BP, 2019a, p. 14). Ainda assim, o país se situa como o dono da terceira maior reserva petrolífera comprovada da América do Sul, atrás apenas de Venezuela e Brasil. Os investimentos estrangeiros são limitados a contratos de prestação de serviços que oferecem uma taxa fixa pelo barril produzido. Como resultado, as companhias estatais Petroecuador e Petroamazonas são responsáveis por 80% da produção de 548 Kb/d (EIA, 2017, p. 4), que vem declinando como efeito da maturação dos campos. Cerca de 70% da produção é exportada, sendo 62% para os EUA e, apesar de ser um grande produtor de petróleo, o país é importador líquido de derivados (EIA, 2017, p. 5-6).

Em 2010, o presidente Rafael Correa nacionalizou a indústria de petróleo do país, obrigando as companhias a alterarem seus acordos de partilha de produção para contratos de serviço, nos quais o governo é dono da produção de petróleo e gás. Em 2014, a queda nos preços do petróleo reduziu as exportações e prejudicou o orçamento do governo, com o agravante de que o país possui uma economia dolarizada e, portanto, não pode recorrer à desvalorização da sua moeda como instrumento de política fiscal (VISCIDI, 2016). A partir de 1º de janeiro de 2020, o Equador deixou de fazer parte da OPEP, na qual tinha ingressado em 1973, suspenso sua participação em 1992, retornando em 2007 durante o governo de Rafael Correa (2007-2017). A saída da OPEP atende aos planos do governo de Lenín Moreno, sucessor de Correa, de reduzir gastos do governo e aumentar a produção de petróleo. A austeridade do atual governo resultou em amplas manifestações populares em 2019, após a decisão, em acordo com o FMI, de cortar salários de 140 mil funcionários públicos, aumentar os preços de energia e impostos sobre serviços do governo (PRASHAD, 2019b).

2.5. Guiana

A Guiana possui uma população de apenas 750 mil habitantes. Mesmo assim, adquiriu importância estratégica após as descobertas de significativas reservas de petróleo no litoral do país pela ExxonMobil. A exploração da área pode gerar entre US\$ 7 e 27 bilhões em receitas por ano pelas próximas três décadas, o que tem acirrado a histórica disputa política entre indo-guianeses e afro-guianeses, que representam 40% e 29% da população, respectivamente (ELLIS, 2018). O acordo com a Exxon estabelece que o governo receberá 50% da receita, descontados os custos de produção (KRAUSS, 2018).

O país nunca produziu petróleo e possui uma rede de energia elétrica instável, com constantes *blackouts*, ao mesmo tempo em que grande parte do território não possui acesso à eletricidade. Caso tudo saia como planejado, como a criação de um fundo soberano, o país pode evitar a ‘maldição dos recursos naturais’ e a ‘doença holandesa’, deixando de ser um dos mais pobres da América do Sul. Contudo, o governo possui pouca experiência em negociar com grandes corporações transnacionais, o país não está preparado para conter desastres ambientais e nenhum plano de contingência em caso de derramamento de óleo foi criado.

As atividades estão sendo desenvolvidas em parceria com a estadunidense Hess (30%) e a chinesa CNOOC (25%), numa área que possui recursos recuperáveis estimados em 6 bilhões

de barris de óleo equivalente (boe). A produção no campo de Liza foi iniciada em dezembro de 2019, e a previsão é alcançar 120 Kb/d nos próximos meses, um trabalho que envolveu 1700 funcionários, dos quais 50% são guianeses. A produção estimada para 2025 é de cerca de 750 Kb/d no bloco de Stabroek (EXXONMOBIL, 2019). Note-se que os benefícios para uma população de 750 mil habitantes até o momento foram limitados, já que aproximadamente 600 pessoas foram contratadas, e executivos dizem que, no futuro, este número pode crescer para não mais que mil trabalhadores locais (KRAUSS, 2018).

Estima-se que a produção de petróleo na Guiana poderá alcançar o mesmo patamar de tradicionais produtores latino-americanos, como México e Venezuela, uma perspectiva extremamente significativa para um país pouco povoado. A renda adicional com salários de trabalhadores, construções, contratos para apoiar as atividades de desenvolvimento e operação terão grande impacto sobre a economia, podendo triplicar o PIB de US\$ 3,6 bilhões em apenas 5 anos, ao mesmo tempo em que os *royalties* e impostos podem dobrar o orçamento do governo (ELLIS, 2018). Com a abundância de divisas, vem ocorrendo um intenso debate a respeito do impacto sobre a capacidade de gestão das instituições, a corrupção de setores do governo, os termos acordados com a ExxonMobil, e qual será o destino dos recursos, com muitos sugerindo a transferência de renda para os mais pobres e investimentos em infraestrutura (ELLIS, 2018).

Além da Exxon, outras empresas, como Total e Shell, estão atuando na exploração *offshore*, cujas descobertas abrangem também as nações vizinhas, Suriname e Guiana Francesa, podendo beneficiar a economia e a trajetória de desenvolvimento desses países. Por fim, a Guiana ainda enfrenta as reivindicações da Venezuela sobre parte do seu território e, com o anúncio das reservas de petróleo, a tensão entre os dois países foi acentuada.

2.6. México

O México é um tradicional ator do geopolítica global da energia, tendo estado durante muito tempo entre os grandes produtores e exportadores mundiais de petróleo. O país é atualmente o quarto maior produtor do continente, atrás de EUA, Canadá e Brasil, e continua a ser um importante parceiro comercial dos EUA, exportando 665 Kb/d, bem abaixo do pico de 1,6 Mb/d, registrado em 2004 (EIA, 2019). No passado, o México já forneceu mais petróleo aos EUA que a Arábia Saudita, mas o comércio entre os dois países tem diminuído em decorrência do aumento da produção estadunidense.

Nas décadas de 1970 e 1980, o México alcançou a quarta posição mundial em reservas provadas e se tornou o segundo maior exportador fora da OPEP. Posteriormente, as reservas entraram em declínio, com uma queda média de 2,6% ao ano, entre 1982 e 2015, ao mesmo tempo em que a produção continuou a crescer entre 1983 e 2004 a uma taxa média de 1% ao ano. Entre 2005 e 2009, a trajetória se inverteu, com uma queda média de 5% na produção, e redução do ritmo para 1%, entre 2010 e 2015 (EPE, 2016, p. 9, p. 16-17). As reservas de 21,6 bilhões de barris, em 1998, caíram continuamente, foram reduzidas para 11,9 bilhões em 2008 e, finalmente, para 7,7 bilhões em 2018 (BP, 2019a).

Durante a onda de liberalização da década de 1990, o México preservou a estrutura da sua indústria petrolífera, apesar das pressões sofridas na época. Em dezembro de 2013, a orien-

tação política no país se redirecionou, em grande parte devido à queda na produção e à perda de receita. Foram aplicadas reformas constitucionais, como forma de alterar a estrutura que prevaleceu durante quase 80 anos no setor energético, acabando com o monopólio da Pemex, abrindo os setores de fornecimento de gás, eletricidade e petróleo para competição e atraindo empresas estrangeiras como forma de alavancar os investimentos (IEA, 2016).

As reformas iniciadas em 2013 permitiram novos modelos de exploração e produção, incluindo concessão, partilha, participação nos lucros e contratos por serviços. Anteriormente, a operação de empresas estrangeiras no país era permitida apenas por contratos de serviço e sem participação nos lucros do petróleo. A Pemex continua sendo uma empresa estatal, tendo que concorrer em leilões para ampliar seu portfólio (EIA, 2016). Entretanto, as reformas do governo de Peña Nieto (2012-2018) para atrair investimentos privados e estrangeiros foram frustradas pela queda nos preços internacionais do barril em 2014.

Por mais que a economia mexicana seja relativamente diversificada e menos dependente de um único produto de exportação do que outros países, o petróleo ainda era responsável por um terço da receita fiscal em 2014 (IEA, 2016, p. 11). A partir daquele ano, com a queda nos preços internacionais, houve grande impacto sobre a Pemex, as finanças do governo e a economia. A receita de exportações de petróleo bruto teve uma queda de 57% entre 2014, quando registrou uma entrada de 35,6 bilhões de dólares, e 2016, quando esse número foi reduzido para US\$ 15,5 bilhões (PEMEX, 2019a). A importância do petróleo na pauta de exportações diminuiu de 30%, em 2009, para 6%, em 2015 (EIA, 2016). De todo modo, as exportações de óleo bruto resultaram numa receita de 26 bilhões de dólares, dos quais 58% desse valor originaram-se das exportações para a América do Norte (PEMEX, 2019a).

A produção do país vem declinando desde 2004, quando atingiu o pico de 2,8 Mb/d, reduzindo-se para 2,1 Mb/d em 2018 (PEMEX, 2019c). A expectativa é de que a produção volte a subir na próxima década, retornando a 2,4 Mb/d e alcançando 3,4 Mb/d em 2040 (IEA, 2016, p. 11), sendo que a maior parte do incremento virá da exploração de tight oil em terra, do desenvolvimento de tecnologias que permitam um maior fator de recuperação e, possivelmente, da exploração em águas ultra profundas, nas quais a Pemex não possui grande experiência.

Apesar de seu histórico como grande produtor, o país é atualmente importador líquido de derivados de petróleo, uma situação resultante da capacidade limitada de refino e da demanda interna crescente por estes produtos, o que é característico de um país periférico. O México importou 980 Kb/d de produtos derivados em 2018, dos quais cerca de 60% eram referentes à gasolina (PEMEX, 2019b). Historicamente, o petróleo ocupava um papel central como combustível para geração de energia, mas tem perdido espaço para o gás natural como resultado da queda nos preços após o aumento da produção de xisto nos EUA (IEA, 2016, p. 15).

Em 2018, a participação do gás no consumo de energia atingiu 41%, correspondendo a 60% da geração de eletricidade. A maior parte do consumo de gás natural foi suprida pelo aumento das importações e o país importou 60% do seu consumo, tendo em vista que a produção está em declínio há 5 anos (BP, 2019b). Por outro lado, o aumento da utilização de gás natural foi acompanhado da queda da produção e do consumo de petróleo. No mesmo ano, a produção de petróleo teve uma redução de 7%, a maior queda no mundo, atingindo o nível mais baixo dos últimos 30 anos, com 2,1 Mb/d (BP, 2019b; PEMEX, 2019c).

A expansão do consumo de gás natural resultou em planos de construção de diversos gasodutos para importação dos EUA. Em 2015, o país importou uma média 2,9 bilhões de metros cúbicos por dia de gás natural estadunidense, um aumento de mais de 200% em relação a 2010 (EIA, 2016, p. 12). Para suprir o crescimento da demanda por eletricidade, dezenas de usinas de geração movidas a gás estão sendo construídas e, enquanto não são concluídas, parte da demanda é atendida com a importação de gás liquefeito.

Em 2018, a eleição do presidente Andrés Manuel López Obrador marcou uma reviravolta na política energética mexicana, redirecionando o país novamente às políticas nacionalistas, com aumento do controle do Estado, fortalecimento da Pemex e restrição dos investimentos estrangeiros aos contratos de serviços. Obrador pretende atribuir um papel central à estatal, o que é evidenciado pela decisão de injetar capital na empresa e cancelar novos leilões de petróleo e gás, freando a entrada de companhias estrangeiras no setor. Atualmente, a Pemex é a empresa de petróleo mais endividada do mundo, o que reduz sua capacidade de gerar caixa e realizar investimentos. A dívida aumentou de US\$ 59 bilhões, em 2012, para US\$ 105 bilhões, em 2018, enquanto as vendas tiveram redução de US\$ 126 bilhões para US\$ 85 bilhões no mesmo período (LEISS & DUHALT, 2019, p. 3).

O portfólio de companhias petrolíferas internacionais é diversificado, com projetos ao redor do mundo, diferentes características (*onshore*, *offshore*, convencionais, não-convencionais, etc.) e feitos em parcerias com outras empresas, com o objetivo de contornar as oscilações dos preços internacionais, os riscos de exploração e a grande quantidade de capital necessário para exploração e produção, ao mesmo tempo em que garantem acesso a novas reservas, alcançam novas metas de produção e geram dividendos para seus acionistas. No entanto, a Pemex é orientada para o mercado doméstico, com boa parte de seu portfólio composto por campos maduros, dificultando a manutenção dos custos e gerando a necessidade crescente de investimentos. Obrador pretende dar prioridade ao aumento da produção em terra e águas rasas, o que reduz a possibilidade de reverter a queda na produção ao não priorizar investimentos em exploração em águas ultra profundas (LEISS & DUHALT, 2019).

A campanha eleitoral de 2018 foi marcada por uma ampla discussão a respeito da indústria de petróleo e gás, e Obrador defendeu a proibição do *fracking*, além de fazer críticas à reforma energética de Peña Nieto e ao papel das companhias estrangeiras de petróleo, que têm sido acusadas de arrematarem os blocos concedidos e não apresentarem resultados ou novos investimentos por pressão dos seus acionistas (DYER, 2019). Após a posse de Obrador, no entanto, o governo tem dado sinais ao mercado, retrocedendo no discurso de proibir o *fracking*, prometendo honrar os contratos de petróleo e gás em vigor e indicando a possibilidade de retomada das rodadas de licitações, caso os operadores estrangeiros apresentem resultados de novas descobertas e produção nos 107 contratos firmados por ocasião das 17 rodadas que aconteceram no país desde 2014.

Ressalte-se que a dificuldade em atrair investimentos nas rodadas que vinham acontecendo está associada à realização concomitante de leilões com maior atratividade no Brasil, levando as autoridades a aprimorar os termos de concessão para atrair as empresas estrangeiras (DYER, 2019). Outro revés se deu pelo fato de que, ao mesmo passo em que a reforma era realizada, os preços do barril de petróleo despencaram, fazendo que as companhias internacionais adiassem investimentos e aplicassem uma maior disciplina fiscal (LAJOUS, 2015).

2.7. Venezuela

A Venezuela possui as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 302 bilhões de barris. Historicamente, o principal destino das exportações era os EUA, tendo sido atingido o pico de 1,1 Mb/d em 2007, número que foi reduzido para 480 Kb/d em 2018. A capacidade de refino doméstica é de 1,3 Mb/d, e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) possui uma significativa capacidade de refino fora do país, especialmente nos EUA e no Caribe. A Venezuela já foi o terceiro maior fornecedor de petróleo bruto dos EUA, atrás apenas de Canadá e Arábia Saudita (EIA, 2019d).

Conforme citado anteriormente, o novo cenário de abundância de energia foi acompanhado pela queda dos preços internacionais e pela redução do ritmo de crescimento da demanda por petróleo, com graves consequências para os países produtores, especialmente para os classificados como petro-Estados, como é o caso da Venezuela. Conforme citado anteriormente, após ser cotado a uma média de US\$ 111,8 por barril, em junho de 2014, o preço do petróleo Brent passou a ser negociado a US\$ 47,8 em janeiro de 2015, e chegou a registrar o preço médio de US\$ 30,7 em janeiro de 2016 (EIA, 2020a), resultando na contração da economia venezuelana, na redução de gastos sociais do governo e na maior crise política da história do país. O presidente, Nicolás Maduro, que governa desde 2013, enfrenta protestos da oposição e tentativas de golpes de Estado, além de um cenário de hiperinflação e sanções estadunidenses.

No passado, enquanto os preços internacionais se mantinham altos, a Venezuela, comandada pelo presidente Hugo Chávez (1999-2013), recebeu bilhões de dólares em consequência do aumento das exportações, possibilitando a execução de diversos programas sociais e tirando milhões de pessoas da pobreza. Diversos empréstimos internacionais foram contraídos, com base na crença que os preços iriam se manter elevados e possibilitariam o pagamento dos contratos. Com a redução dos preços internacionais, o país entrou em recessão e o padrão de vida da população foi corroído, com muitos produtos essenciais sendo conseguidos apenas no mercado paralelo (KLA-RE, 2017). Cerca de metade das receitas com exportações está comprometida com o pagamento de empréstimos no modelo *oil-for-loan* para China e Rússia (EIA, 2019d).

Fontes secundárias relatam que a produção de petróleo bruto foi de 697 Kb/d, em novembro de 2019, enquanto fontes oficiais registram um crescimento da produção de 761 Kb/d para 912 Kb/d, entre outubro e novembro do mesmo ano (OPEP, 2019, p. 58). A produção em 2017 era de 1,9 Mb/d, e caiu vertiginosamente após a imposição de sanções financeiras dos EUA, que foram iniciadas com um embargo em janeiro, seguida da proibição de qualquer negócio com empresas venezuelanas em agosto. A PDVSA tem vendido uma grande parte da sua produção à estatal russa Rosneft, que a redireciona para outros destinos (VAZ, 2019).

Nos mercados globais de petróleo, avalia-se que o impasse político existente no país acabará por se resolver, seja com a derrubada do governo de Nicolás Maduro pela oposição liberal-conservadora, seja por algum tipo de estabilização política do atual regime, o que, de uma forma ou de outra, abrirá caminho para a recuperação dos seus níveis anteriores de produção. A eventual derrocada do regime Maduro reforçará a posição econômica e geopolítica das companhias transnacionais e dos governos ocidentais a elas associados, enquanto a sua sobrevivência favorecerá indiscutivelmente a China, principal cliente das exportações do petróleo venezuelano, e da Rússia, com a qual a PDVSA tem reforçado seus vínculos de parceria estratégica, por meio de empresas como a Gazprom e a Rosneft.

Considerações finais

O papel da América Latina na nova geopolítica da energia pode ser caracterizado como de constante disputa entre as grandes companhias internacionais e os Estados Nacionais. A descoberta de novos recursos tem aumentado a relevância da região e atraído investimentos de atores tradicionais, como os EUA e países da Europa Ocidental, e também de novos atores, como indicado pela crescente presença da China e, em menor grau, da Rússia. Note-se que a dependência externa continua a ser um traço marcante da inserção dos países da região no sistema internacional, o que pode ser ilustrado pela manutenção da condição de exportadores de recursos naturais, como o petróleo, e a importação de produtos de maior valor agregado, como é o caso de derivados em virtude da sua capacidade insuficiente de refino.

Na década de 1990, a América Latina foi marcada pelas políticas neoliberais, com regimes fiscais e medidas econômicas favoráveis aos capitais externos, o que foi, em certa medida, revertido na década seguinte, após a ascensão de diversos governos progressistas com um enfoque desenvolvimentista e inspirados por um “*nacionalismo de recursos*” (FUSER, 2013), e que foram beneficiados por um panorama internacional de alta dos preços do petróleo e das *commodities* em geral. O fim do ciclo progressista e do “boom das commodities” significou mudanças no setor energético, com revogação das políticas nacionalistas na Argentina, no Brasil, no Paraguai, no Equador e, mais recentemente, na Bolívia, ao mesmo tempo em que verifica-se o regresso de atores políticos à esquerda em outros países, como no caso do México e da Argentina, além de ocorrerem amplos protestos no Chile, Colômbia, Equador e Haiti, o que, juntamente com o relativo isolamento internacional da Venezuela e da persistente ação desestabilizadora de setores políticos contrários ao governo de Maduro, deixa evidente que a disputa pelos recursos energéticos será um elemento constante no continente.

Argumentou-se que o mundo presencia um cenário em que a perspectiva de escassez de energia foi substituída pela de abundância, o que impõe novas oportunidades e desafios para a América Latina, como consequência do seu grande potencial energético. Na Argentina, os esforços e esperanças estão concentrados na formação geológica de Vaca Muerta, que está sendo explorada por empresas de diversos países. No Brasil, as possibilidades abertas pelo pré-sal colocam o país em uma posição privilegiada em termos de recursos energéticos. O México tem diante de si o duplo desafio de modernizar e aumentar a rentabilidade da Pemex, bem como de reverter o declínio de sua produção e das reservas petrolíferas. De outro lado, o colapso da produção venezuelana não deve obscurecer a posição estratégica do país. Por fim, países de menor peso econômico, como Bolívia, Equador e Guiana, terão grande relevância na disputa entre empresas internacionais e Estados nacionais pelo petróleo e outros recursos estratégicos, como o gás natural e o lítio.

Referências

- ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) (2018). Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao>>. Acesso em: 04/11/2018.
- _____ (2019). *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/arquivos/central-conteudos/anuario-estatistico/2019/2019-anuario-versao-impressao.pdf>>. Acesso em: 28/12/2019.
- AZEVEDO, J. S. G. (2018). *Próximos anos: grandes mudanças no mundo do petróleo e gás. E o Brasil?* INEEP, 3 abr. Disponível em: <<https://www.ineep.org.br/post/pr%C3%B3ximos-anos-grandes-mudan%C3%A7as-no-mundo-do-petr%C3%B3leo-e-g%C3%A1s-e-o-brasil>>. Acesso em: 26/03/2019.
- BAZZAN, G (2019). *Os planos de Alberto Fernández para o complexo energético Vaca Muerta, na Patagônia*. El Clarín, Buenos Aires, 19 set. Disponível em: <https://www.clarin.com/clarin-em-portugues/destaque/planos-alberto-fernandez-complexo-energetico-vaca-muerta-na-patagonia_0_CIIiEMcH.html>. Acesso em: 08/01/2020.
- BP (2019a). *BP Statistical Review – 2019*. BP. Disponível em: <<http://bp.com/statsreview>>. Acesso em: 28/12/2019.
- _____ (2019b). *BP Statistical Review – 2019: Brazil’s Energy Market in 2018*. BP, Country Insights. Disponível em: <<http://bp.com/statsreview>>. Acesso em: 10/01/2020
- _____ (2019c). *BP Statistical Review – 2019: The Mexico Energy Market in 2018*. BP, Country Insights. Disponível em: <<http://bp.com/statsreview>>. Acesso em: 28/12/2019.
- DYER, M (2019). *Brazil and Mexico: Opposite political systems in 2018 and the outlook for the respective oil and gas industries*. IHS Markit, Energy and Natural Resources. Disponível em: <<https://ihsmarkit.com/research-analysis/brazil-and-mexico-opposite-political-systems-oil-gas.html>>. Acesso em: 06/01/2020.
- EIA (U.S. Energy Information Administration) (2015). *Bolivia: Overview*. EIA, Jul. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=BO>>. Acesso em: 28/12/2019.
- _____ (2017). *Country Analysis Brief: Ecuador*. EIA, 5 out. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Ecuador/Ecuador.pdf>. Acesso em: 12/12/2019.
- _____ (2016). *Country Analysis Brief: Mexico*. EIA, 8 dez. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Mexico/mexico.pdf>. Acesso em: 27/12/2019.
- _____ (2019a). *The United States now exports crude oil to more destinations than it imports from*. 22 Out. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=41754>>. Acesso em: 26/12/2019.
- _____ (2019b). *U.S. petroleum exports exceed imports in September*. 5 dez. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=42176>>. Acesso em: 26/12/2019.
- _____ (2019c). *Country Analysis Executive Summary: Brazil*. EIA, 18 abr. Disponível em:

- <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Brazil/Brazil_2019.pdf>. Acesso em: 10/01/2020.
- _____ (2019d). *Country Analysis Executive Summary: Venezuela*. EIA, 7 jan. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Venezuela/venezuela_exe.pdf>. Acesso em: 11/01/2020.
- _____ (2020a). *Petroleum and Other Liquids: Spot Prices (Crude Oil in Dollars per Barrel, Products in Dollars per Gallon) - Monthly*, 1 abr. Disponível em: https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_m.htm. Acesso em: 08/04/2020.
- _____ (2020b). *Petroleum and Other Liquids: Crude Oil Production*. 3 abr. Disponível em: <https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_crd_crpdn_adc_mbbldpd_a.htm>. Acesso em: 07/04/2020.
- _____ (2020c). *Petroleum and Other Liquids: Spot Prices (Crude Oil in Dollars per Barrel, Products in Dollars per Gallon) - Annual*, 1 abr. Disponível em: <https://www.eia.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_a.htm>. Acesso em: 08/04/2020.
- EL DEBER (2019). *Bolivia busca disminuir volumen de gas natural que exporta a Brasil*. El Deber, Edición Impresa, 18 dez. Disponível em: <https://eldeber.com.bo/159225_bolivia-busca-disminuir-volumen-de-gas-natural-que-exporta-a-brasil> . Acesso em: 07/01/2020.
- ELLIS, E (2018). *Guyana at Risk: Ethnic Politics, Oil, Venezuelan Opportunism and Why It Should Matter to Washington*. Center for Strategic & International Studies, Washington. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/guyana-risk-ethnic-politics-oil-venezuelan-opportunism-and-why-it-should-matter-washington>>. Acesso em: 08/01/2019.
- EPBR (2018). *5 projetos para conhecer em Vaca Muerta*. EPBR, Mercado, 15 fev. Disponível em: <<https://epbr.com.br/5-projetos-para-conhecer-em-vaca-muerta/>>. Acesso em: 08/01/2020.
- _____ (2019). *Bolívia quer reduzir exportação de gás natural para o Brasil*. EPBR, Capa, Newsletter, 11 dez. Disponível em: <<https://epbr.com.br/bolivia-quer-reduzir-exportacao-de-gas-natural-para-o-brasil/>>. Acesso em: 07/01/2020.
- EPE (Empresa de Pesquisa Energética) (2016). *Marco Regulatório da Indústria de Petróleo no México*. EPE/MME, Nota Técnica SPT-Abast, nº 1.
- EXXONMOBIL (2019). *ExxonMobil begins oil production in Guyana*. ExxonMobil, Irving, Texas, 20 dez. Disponível em: <<https://exxonmobil.co/2SkBCvE>>. Acesso em: 08/01/2020.
- FUSER, I (2013). *Energia e Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GUAHÁN, J. (2019) *Argentina: Vaca Muerta, de la salvación al infierno; la deuda y su pago imposible*. Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico, 9 fev. Disponível em: <<https://estrategia.la/2019/02/09/argentina-vaca-muerta-de-la-salvacion-al-infierno-la-deuda-y-su-pago-imposible/>>. Acesso em: 07/01/2020.
- HERRERA-SANTOYO, H (2019). Estatus jurídico del fracking en el mundo, en perspectiva de derecho ambiental y derechos humanos. In: GÓMEZ, A.; PARDO, A.; MORALES, J. F. *La inviabilidad del fracking frente a los retos del siglo XXI*. Bogotá, D.C.: Heinrich Böll Stiftung. Disponível em: <<https://co.boell.org/es/2019/11/15/la-inviabilidad-del-fracking-frente-los-retos-del-siglo-xxi>>. Acesso em: 08/01/2020.
- IEA (International Energy Agency) (2016). *Mexico Energy Outlook*. World Energy Outlook

- Special Report.OECD/IEA. Disponível em: <<https://www.iea.org/reports/mexico-energy-outlook-2016>>. Acesso em: 28/12/2019.
- KLARE, M. T. (2017). *From Scarcity to Abundance: The New Geopolitics of Energy*. Current History, v. 116, n. 786, p. 3. Disponível em: <<http://www.currenthistory.com/Article.php?ID=1373>>. Acesso em: 05/01/2020.
- KRAUSS, C. (2018). *The \$20 Billion Question for Guyana*. The New York Times, Nova Iorque, 20 jul. Disponível em: <<https://nyti.ms/2mxOPjS>>. Acesso em: 08/01/2020.
- LAJOUS, A (2015). *Mexican Oil Reform: The first two bidding rounds, farmouts and contractual conversions in a lower oil price environment*. Nova Iorque: Center of Global Energy Policy.
- LEÃO, R.; TRIBALI, S. (2019) *Leilão do pré-sal e crise saudita: O petróleo na disputa entre China e EUA*. Carta Capital, São Paulo, 10 out. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/leilao-do-pre-sal-e-crise-saudita-o-petroleo-na-disputa-entre-china-e-eua/>>. Acesso em: 07/04/2020.
- LEISS, B.C.; DUHALT, A. (2019) *Laying the Groundwork for the Strengthening of Pemex*. Houston (EUA): Center for Energy Studies, Rice University's Baker Institute for Public Policy, July.
- LITHIUM TODAY (2019). *Lithium supply in Bolivia*. Disponível em: <<http://lithium.today/lithium-supply-by-countries/lithium-supply-bolivia/>>. Acesso em: 07/04/2020.
- LÓPEZ, R. S. (2015). *Bolivia's lithium boom: dream or nightmare?* Democracia Abierta, 24 dez. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/bolivia-s-lithium-boom-dream-or-nightmare/>>. Acesso em: 06/01/2020.
- LOMBRANA, L. M. (2018) *Bolivia's Almost Impossible Lithium Dream*. Bloomberg, 3 dez. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/features/2018-12-03/bolivia-s-almost-impossible-lithium-dream>>. Acesso em: 06/01/2020.
- MANTILLA, J.C. (2009). *Geopolítica de la energía: América Latina dentro de un mundo en transformación*, IN: POSADA, E.V. (ed.), Tendencias Mundiales y Latinoamericanas en el Uso de Recursos Energéticos. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, p. 77-144.
- MARTIN-CARRILLO, S. (2018). *La economía boliviana en 2019*. Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG), Análisis Económico, 16 dez. Disponível em: <<https://www.celag.org/la-economia-boliviana-2019/>>. Acesso em: 06/01/2020.
- MACIEL, F. (2019a). *Equinor é a grande vencedora do leilão offshore na Argentina; veja mapa interativo com resultado do leilão*. Agência EPBR, Rio de Janeiro, 17 abr. Disponível em: <<https://epbr.com.br/assunto/tullow/>>. Acesso em: 06/01/2020
- _____ (2019b). *Governo Alberto Fernandez deve criar regime especial para Vaca Muerta*. Agência EPBR, Rio de Janeiro, 28 out. Disponível em: <<https://epbr.com.br/assunto/tullow/>>. Acesso em: 06/01/2020
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME) (2019). *Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. Boletim. Boletim de exploração e produção de petróleo e gás natural, Brasília*, ed. 88, ago. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138769/0/Boletim_78_outubro2018.pdf/35f998a5-3dfb-4645-b3df-30b64e1549dc>. Acesso em: 24/12/2018.
- _____ (2015). *Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. Boletim. Boletim de exploração*

- e produção de petróleo e gás natural – Ano 2014*, Brasília, ed. 2. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-combustiveis-renovaveis/publicacoes/boletim-anual-de-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas-natural>>. Acesso em: 24/12/2018.
- MYERS, A.; SOLIGO, R. (2008). *Militarization of Energy – Geopolitical Threats to the Global Energy System*. Houston (EUA): Energy Forum, Center for Energy Studies, Rice University's Baker Institute for Public Policy.
- NGUYEN, H.; BLANCO, N.; RIVERA, S. (2019) *Argentina oil- The fate of Vaca Muerta*. IHS Markit, Energy and Natural Resources, 14 nov. Disponível em: <<https://ihsmarkit.com/research-analysis/infographic-argentina-oil-the-fate-of-vaca-muerta.html>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- NGUYEN, H. (2019) *Underdog to Champion: Unlock the presalt potential*. IHS Markit, Energy and Natural Resources. Disponível em: <<https://ihsmarkit.com/research-analysis/underdog-to-champion-unlock-the-presalt-potential.html>>. Acesso em: 06/01/2020.
- NOZAKI, W. (2018) A nova geopolítica do petróleo no século XXI. *Le Monde Diplomatique*, Brasília, 21 dez. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-nova-geopolitica-do-petroleo-no-seculo-xxi/>>. Acesso em: 07/01/2020.
- OEC (2019). *Bolivia*. The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bol/>>. Acesso em: 07/01/2020.
- OPEP (2019). *Monthly Oil Market Report*. OPEP, Viena, 11 dez. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/publications/338.htm>. Acesso em: 11/01/2020.
- PEREGIL, F. (2012) *Argentina expropría a Repsol su filial YPF*. El País, Madrid, 17 abr. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2012/04/16/actualidad/1334590509_507539.html>. Acesso em: 08/01/2020.
- PEMEX (2019a). *Valor de las exportaciones de petróleo crudo. Estadísticas petroleras*, dez. Disponível em: <https://www.pemex.com/ri/Publicaciones/Indicadores%20Petroleros/evalorexporta_esp.pdf>. Acesso em: 28/12/2019.
- _____ (2019b). *Volumen de las importaciones de productos petrolíferos, gas natural y petroquímicos*. Estadísticas petroleras, dez. Disponível em: <https://www.pemex.com/ri/Publicaciones/Indicadores%20Petroleros/eimporpetro_esp.pdf>. Acesso em: 28/12/2019.
- _____ (2019c). *Producción de hidrocarburos líquidos. Estadísticas petroleras*, dez. Disponível em: <https://www.pemex.com/ri/Publicaciones/Indicadores%20Petroleros/eprohidro_esp.pdf>. Acesso em: 28/12/2019.
- PRASHAD, V. (2019a). *After Evo, the Lithium Question Looms Large in Bolivia*. CounterPunch, 13 nov. Disponível em: <<https://www.counterpunch.org/2019/11/13/after-evo-the-lithium-question-looms-large-in-bolivia/>>. Acesso em: 06/01/2020.
- _____ (2019b). *The IMF Does Not Fight Financial Fires but Douses Them With Gasoline*. Tricontinental Institute, Newsletter, n. 42, 17 out. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/newsletterissue/the-imf-does-not-fight-financial-fires-but-douses-them-with-gasoline-the-forty-second-newsletter-2019/?pdf=10657>>. Acesso em: 12/12/2020.
- REBASA, M. (2019). *Vaca Muerta, ¿la soja negra?* Página 12, Buenos Aires, 6 jan. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/166587-vaca-muerta-la-soja-negra>>. Acesso em: 08/01/2020.
- SAUER, I.; ESTRELLA, G. (2019). *Avaliação do leilão do óleo excedente dos campos da cessão*

- onerosa*. São Paulo: Instituto de Energia e Ambiente (USP). Nota técnica. Disponível em: <<http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexosnoticias/NOTA%20T%C3%89CNICA%20%20IEE-USP%20-%20ILDO%20ESTRELLA%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 10/11/2019.
- SCHUTTE, G. R. (2018) *A política neodesenvolvimentista e seu desmonte no caso de Petróleo e Gás (2003-2017)*. Texto para discussão - NEEDDS, n. 1, p. 1-67. Disponível em: <<http://needds.ufabc.edu.br/index.php/119-textos-para-discussao-n-01-2018-a-politica-neodesenvolvimentista-e-seu-desmonte-no-caso-de-petroleo-gas-2003-2017>>. Acesso em: 15/05/2018.
- _____ (2019). *Petróleo e gás na era de Bolsonaro e Guedes* In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. Brasil: incertezas e submissão? São Paulo: Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/brasil-incertezas-e-submissao/>>. Acesso em: 21/10/2019.
- SONNENBLUME, K. T. (2019) *Coups-for-Green-Energy Added to Wars-For-Oil*. CounterPunch, 15 nov. Disponível em: <<https://www.counterpunch.org/2019/11/15/coups-for-green-energy-added-to-wars-for-oil-2/>>. Acesso em: 06/01/2020
- TOPRANI, A. (2019) *A primer on the geopolitics of oil*. War on the Rocks, January 17.
- VAZ, R. (2019). *Venezuelan Oil Production Continues Slow Recovery*. Venezuelanalysis, Caracas, 11 dez.
- VILLALBA, C. A. (2019a). *Alberto-nomics para Argentina: alimentos baratos, Vaca Muerta y alianza de clases*. Centro Latinoamericano de Análisis Estratégico, 1 out. Disponível em: <<https://estrategia.la/2019/10/01/alberto-nomics-para-argentina-alimentos-baratos-vaca-muerta-y-alianza-de-clases/>>. Acesso em: 07/01/2020.
- _____ (2019b). Argentina. Una Vaca muy viva: hidrocarburos en la era Fernández. *Resumén Latinoamericano*, Buenos Aires, 18 out. Disponível em: <<http://www.resumenlatinoamericano.org/2019/10/18/argentina-una-vaca-muy-viva-hidrocarburos-en-la-era-fernandez/>>. Acesso em: 08/01/2020.
- VISCIDI, L. (2016) *Nationalization and Its Discontents: How Low Energy Prices Could Push Latin America to Privatize Its Energy Sector*. Foreign Affairs, 3 mar. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/mexico/2016-03-03/nationalization-and-its-discontents>>. Acesso em: 09/01/2020.
- WADHWA, T. (2019). *50 days of coup d'état in Bolivia*. Peoples Dispatch, 30 dez. Disponível em: <https://peoplesdispatch.org/2019/12/30/50-days-of-coup-detat-in-bolivia/>. Acesso em: 07/01/2020.